

REPENSANDO A EVASÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE SOBRE O DIREITO À EDUCAÇÃO NO CONTEXTO AMAZÔNICOA. S. Silva Júnior¹, W. E. Francisco Junior², J. C. Silva¹, J. M. Silva³¹Instituto Federal de Rondônia, ²Universidade Federal de Alagoas, ³Faculdade de Educação de Porto Velho
adonias.silva@ifro.edu.br

Submetido 17/02/2017 - Aceito 04/04/2017

DOI: 10.15628/holos.2017.5667

RESUMO

O presente artigo traz uma análise do histórico legal da EAD e apresenta o resultado de um estudo realizado no âmbito do Campus Porto Velho Zona Norte, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), tendo como objeto de análise a temática da Evasão Escolar nos cursos Técnicos em Finanças na modalidade de educação à distância - EAD. O objetivo geral foi apresentar uma proposta de intervenção político-pedagógica junto ao IFRO no curso Técnico em Finanças, da modalidade EAD com o objetivo de reintegrar os estudantes evadidos ao curso, dando-lhes uma nova oportunidade de concluir os estudos. Com relação aos procedimentos metodológicos, adotou-se a

abordagem qualitativa descritiva, de maneira que um questionário semiestruturado e análise documental foram os instrumentos utilizados para a coleta de dados. Os colaboradores da pesquisa foram estudantes evadidos do curso Técnico em Finanças EAD Subsequente, coordenadores de polo e tutores EAD. Os resultados apontam que os principais motivos que levam os estudantes a desistirem do curso são dificuldades econômicas (65% - Turma 2014/1) e conciliar estudo e profissão (35% - Turma 2015/2). Outro resultado importante é que das 481 matrículas de estudantes que haviam evadido do curso de Finanças EAD, 272 estudantes retornaram e concluíram o curso.

PALAVRAS-CHAVE: EAD, Evasão escolar, Intervenção pedagógica, Direito, TIC.**DISTANCE EDUCATION TEACHER TRAINING FOR THE USE OF TIC'S IN THE AMAZON REGION: PRESENT TUTOR****ABSTRACT**

This article presents an analysis of the legal history of DLE Education and presents the results of a study carried out in the Porto Velho North Campus of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rondônia (IFRO). The subject of School Evasion in the Technical courses in Finance in the modality of distance education - DLE. The general objective was to present a proposal of political-pedagogical intervention with the IFRO in the Technical Course in Finance, DLE modality with the objective of reintegrating the students evaded to the course, giving them a new opportunity to finish their studies. Regarding the methodological procedures, the descriptive qualitative approach was adopted, so

that a semi-structured questionnaire and documentary analysis were the instruments used to collect data. The research collaborators were students who had been evaded from the DLE Subsequent Finance Technical course, polo coordinators and DLE tutors. The results show that the main reasons why students drop out of the course are economic difficulties (65% - Class 2014/1) and to reconcile study and profession (35% - Class 2015/2). Another important result is that of the 481 student enrollments that had escaped from the DLE Finance course, 272 students returned and completed the course.

KEYWORDS: DLE, School evasion, Pedagogical intervention, Law, ICT.

1. INTRODUÇÃO

Os direitos humanos são normas mínimas necessárias para uma vida digna. Nesse contexto, a educação é também entendida e reconhecida como um dos direitos humanos, estando reconhecida no artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

O direito à educação tem um sentido mais amplo, não se referindo somente à educação escolar. O processo educativo se inicia com o nascimento e se procede ao longo da vida. A aprendizagem acontece em diversos âmbitos, na família, na comunidade, no trabalho, no grupo de amigos, na associação e também na escola.

A educação possibilita à pessoa desenvolver-se plenamente e continuar aprendendo ao longo da vida. É também um bem público da sociedade, na medida em que possibilita o acesso aos demais direitos.

Um aspecto que vai de encontro ao direito do cidadão é a evasão escolar. É um dos temas mais discutidos no contexto educacional e requer a adoção de políticas públicas e educacionais para resolver ou esclarecer esse problema. Nesse sentido, o presente trabalho procura apresentar uma reflexão sobre os aspectos que contribuem para que os alunos abandonem seus estudos, em paralelo com os seus direitos de garantia e acesso a educação pública brasileira.

Percebe-se que o processo educacional brasileiro busca ao longo dos anos inserir os indivíduos na escola, todavia, o acesso por si não garante a permanência do aluno, a qualidade da formação e nem de êxito do término de seus estudos. Uma problemática que merece atenção é a evasão escolar, fenômeno crescente na realidade das instituições educacionais públicas do país e as razões para esta incidência estão presentes em vários aspectos sociais e institucionais.

O presente artigo buscou compreender e evidenciar os motivos que levam os discentes a abandonarem os estudos, promovendo uma análise com base nos documentos legais e pesquisa de campo, apresentando possibilidades com vistas a contribuir para a diminuição da evasão escolar na Educação EAD, de maneira a garantir o direito à Educação, conforme previsto na Constituição Federal brasileira de 1988.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 O direito à educação enquanto direito humano fundamental

O direito à educação enquanto direito humano fundamental tem sido amplamente discutido e analisado ao longo da história. Porém, foi apenas após a Revolução Francesa, que ocorreu no século XVIII, marco da Idade Contemporânea, que os movimentos de legitimação ao direito à educação foram mais intensos e eficazes.

Sob a liderança da burguesia, esta Revolução ocasionou enormes transformações dentro dos contextos político, econômico, social, religioso e tecnológico, tendo reflexos importantes no cenário educacional.

Seguindo os princípios de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, foi publicada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), aprovada no dia 26 de agosto pela convenção Nacional Francesa, cujo Art. XXII assegurava que: "A instrução é a necessidade de todos. A sociedade deve favorecer com todo o seu poder o progresso da inteligência pública e colocar a instrução ao alcance de todos os cidadãos." A partir desse momento, a educação passa a ser um pré-requisito para usufruir-se dos demais direitos civis, políticos e sociais.

O homem surgido a partir da Revolução Francesa deveria ser educado pela pátria e para a sua nação. Para isso, seria necessário universalizar a língua francesa e intensificar as revoluções científicas. A partir de então se passou a ver a instrução não apenas como um acréscimo de conhecimento, mas também à melhoria do indivíduo que se instrui. Foi esta ruptura que deu substância ao debate acerca da institucionalização de um ensino público, universal, sob responsabilidade do Estado.

Era um educar que pretendia repensar a sociedade, bem como uma operacionalização da escola, a fim de reproduzir as ideologias e relações de sociabilidade que viriam a se configurar como burguesas. Os níveis subsequentes de escolarização destinavam-se a um determinado grupo de pessoas, eleitos conforme seus talentos, e/ou que não precisassem trabalhar. O último nível de instrução seria o Instituto Nacional de Instrução, com a finalidade de formar os que comporiam a elite governante.

Também como um de seus objetivos a proclamação do direito à educação como direito humano, adotada e proclamada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (1948), reafirma, no seu artigo XXVI, que:

Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

Os direitos humanos são garantidos legalmente, garantindo que qualquer ser humano possa desfrutar de seus direitos, sem discriminação, sendo a educação e a instrução o pré-requisito fundamental para o indivíduo atuar plenamente como ser humano na sociedade moderna.

2.2 Perspectivas da educação na Constituição Federal e LDB

O direito à educação encontra-se previsto na redação do art. 6º da Constituição (1988) que dispõe sobre os direitos sociais: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma dessa Constituição”.

O direito fundamental à educação garantido a todos os brasileiros de forma universal, estabelece pressuposto para a efetivação do Estado Democrático de Direito, e tem como fundamento “a cidadania” e “a dignidade da pessoa humana”. Ao se designar a educação como “direito fundamental”, ratificado na Constituição (1988), explicitou-se o valor atribuído à educação.

Linhares (2005, p. 156) afirma que “o direito à educação, entretanto, deverá ser exigido não somente como direito social, mas como direito à vida, e, portanto, sob a proteção de uma norma de eficácia plena e de aplicabilidade imediata.” A partir disso, nota-se que a responsabilidade estatal em garantir o direito à educação é enorme.

Em seu artigo 211, a Constituição (1988) fixou a obrigações das pessoas políticas para a efetivação da atividade educacional. Define o parágrafo 2º que os Municípios devem atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. Estados e Distrito Federal devem criar e manter o ensino fundamental e médio, e sendo obrigação da União, o ensino superior. O artigo 207, direcionado especificamente ao ensino superior, estipula a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades e tornou indissociáveis o ensino, a pesquisa e extensão.

A Constituição (1988) estabelece os princípios e prevê os direitos, porém não determina como os mesmos deverão funcionar na prática. Portanto, tornou-se imprescindível a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDB) Lei n. 9.394 (1996), que detalha os direitos e organiza os aspectos gerais do ensino.

A Lei n. 9.394 (1996) que está em vigor, foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 20 de dezembro de 1996. É baseada no princípio do direito universal à educação para todos, e trouxe grandes mudanças em relação às leis anteriores.

O artigo 2º diz que “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, nos remete ao artigo 205 da Constituição (1988). Tem como diretrizes: a inclusão, a valorização da diversidade, a flexibilidade, a qualidade e a autonomia, assim como, a competência para o trabalho e a cidadania.

De acordo com a Lei n. 9.394 (1996) a Educação Básica compreende a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. O Ensino Superior aparece de forma facultativa. As suas modalidades são: educação especial, educação de jovens e adultos, educação profissional, educação indígena, educação do campo.

Em seu artigo 3º, inciso I, discorre-se sobre a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, pressupondo uma expansão do direito à educação, onde garante-se não apenas o acesso, mas também a permanência do aluno na escola, em todos os seus níveis e modalidades.

2.3 EAD: Panorama nacional e a evasão

Com o advento da Era Digital, EAD tornou-se a modalidade de ensino que mais cresce no cenário nacional. Freitas e Ferreira (2013, p. 5), em seu artigo intitulado “Evolução da EAD no Brasil: Um comparativo no Ensino Superior – A Distância X Presencial” destaca “entre 2001 (0,1 %) e 2009 (14%) houve um aumento de aproximadamente 6,9% no número de matrículas em cursos superiores nesta modalidade de ensino”.

Litto (2007), afirma que mesmo com todos os empecilhos que circundam a EAD, o Brasil não está atrasado em comparação a outros países do mundo. A Lei n. 9.394 (1996), em seu artigo oitenta, prevê o fortalecimento e o incentivo do EAD em todos os níveis da educação, que de acordo com Silva (2014), é fomentador para o crescimento expressivo da EAD no Brasil.

O ensino técnico na modalidade EAD contabilizou um total de 60.177 matrículas em cursos totalmente à distância, sendo considerado o 3º nível de ensino com maior número de matrículas no ano de 2014. Em se tratando a modalidade semipresencial ou disciplinas em EAD, no ano de 2014 o ensino técnico contabilizou aproximadamente 27.661 matrículas.

A EAD mesmo sendo a modalidade de educação que mais cresce no cenário atual brasileiro enfrenta diversos desafios. O primeiro deles é a noção equivocada por muitos de seus usuários quanto na escolha do EAD em detrimento do presencial, já que possivelmente a EAD é mais fácil do que a educação presencial. Conforme Freitas (2013, p. 22):

[...] O ensino a distância chega a ser mais rigoroso que o ensino presencial, pois no ensino virtual o aluno precisa ser um pouco autodidata. Ele precisa ter dedicação, compromisso, seriedade e muita disciplina para desenvolver as tarefas propostas pelo professor e pelo tutor.

Esta noção equivocada de que a EAD é mais fácil, que a presencial, tornou-se justificativa para que muitas organizações deixem de contratar profissionais formados nesta modalidade de ensino, já que a mesma necessita de profissionais com ótimos índices de qualificação.

O perfeito funcionamento da EAD ocorrerá quando as instituições ofertantes desta modalidade de ensino reconhecerem a necessidade de se ter um envolvimento multidisciplinar entre as equipes envolvidas nos cursos ofertados por estas instituições. Belloni (2003, p. 79) identifica que a maioria dos professores são convidados ao desempenho de funções para as quais não recebeu nenhum preparo ou até mesmo não se sente à vontade ao desempenhá-las.

Ensinar a distância não é o professor simplesmente digitar as suas aulas e disponibilizá-las em um ambiente virtual. É muito mais do que isso. Necessita-se de recursos audiovisuais capazes de despertar a atenção do alunado de forma eficaz, propiciando um campo fértil para a auto-aprendizagem. Faz-se necessário se mesclar a utilização de figuras, gráficos, sons, elementos lúdicos, filmagens, textos, chats, e-mail's, vídeos-conferência e muito mais. Logo, os docentes que estão dispostos a enfrentar os desafios da educação a distância precisam estar capacitados e conscientes das suas funções, devendo lidar com o ambiente virtual de ensino com humildade para reconhecer a imprescindibilidade dos novos métodos de ensino aprendizagem. (Freitas, 2013, p. 31).

Os moradores dos centros urbanos são grande parte dos utilizadores da EAD, já que a maioria destes tem acesso à internet, seja ela em suas casas, locais de trabalho, nas próprias instituições de ensino, espaços públicos, onde quer que estejam, podem ser abastecidos com sinais de internet. Realidade completamente distinta dos moradores do campo ou de municípios pequenos, os quais por muitas das vezes não têm sequer asfalto, escolas, postos de saúde e outros recursos básicos, quiçá acesso à internet, tornando-se verdadeiros excluídos digitais e não usuários da EAD. Um dos limites a serem superados pela EAD continua a ser o fantasma da exclusão digital, dado que muitos indivíduos, em especial os citados acima, não têm acesso a microcomputador ou infraestrutura que possibilite o acesso a EAD.

O maior desafio a ser superado pela EAD são os elevados índices de evasão, que segundo Freitas (2013), 60% dos ingressantes da educação à distância evadem de seus cursos antes da conclusão do mesmo.

No ano de 1996, como o objetivo de democratizar e aumentar a qualidade da educação no Brasil, o Ministério da Educação - MEC cria a Secretaria de Educação à Distância - SEED. Inaugurando oficialmente a EAD no Brasil. De lá para cá o EAD tem-se tornado a modalidade de educação de maior difusão e aderência por muitos cidadãos que buscam maior flexibilidade, comodidade e menor custo das mensalidades para a realização de uma qualificação técnica ou superior.

[...] A evasão é apontada por grande parte das instituições como um dos maiores obstáculos enfrentados nos diferentes tipos de cursos EAD. Em todos os tipos de curso, nenhuma instituição apontou taxas de evasão Superiores a 75% e, na maioria dos casos, a evasão identificada se concentra na faixa de até 25%. Associação Brasileira de Educação à Distância [ABED] (2015, p. 36).

O Censo realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais [INEP] (2007) constatou um aumento de 96,9% de matrículas na modalidade à distância. Em contrapartida, há um aumento considerável na evasão de alunos nesta modalidade, conforme o Censo 2014/2015 da ABED (2015) neste lapso temporal constatou-se que a taxa de evasão se concentra em torno de 25%.

Como aponta Oliveira (2001, p. 39): “[...] a evasão escolar e o trancamento de matrícula têm representado grandes problemas para a instituição de educação profissional”. Segundo sua pesquisa realizada em um Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) foi identificado um percentual entre 30,0 a 50,0% de evasão, nos diferentes cursos. Vale ressaltar que números como estes apresentam consequências drásticas tanto para a vida do discente quanto para a instituição, resultando num antigo problema que é a baixa qualificação profissional dos jovens.

Nesta perspectiva de busca de alternativas que proporcionem a compreensão dos problemas da evasão escolar no ensino técnico, especificamente na modalidade à distância, é que este estudo trafega, buscando responder ao seguinte problema: Como garantir a diminuição da evasão escolar nos cursos técnicos na modalidade EAD? Este questionamento urge por uma rápida solução, pois o processo de inclusão já começou, fazendo-se necessário envolver a comunidade acadêmica e sociedade, objetivando encontrar novos caminhos para que a Educação cumpra o seu papel na vida da comunidade, conforme direito inalienável previsto na Constituição (1988).

3. METODOLOGIA

3.1 Instrumentos metodológicos, tipo de pesquisa e participantes

Percorremos por três fases para chegar aos resultados: a primeira foi o levantamento de dados sobre a evasão utilizando as informações fornecidas pela CRA do *campus*. A segunda parte foi a visitação *in loco* buscando junto aos coordenadores de polo e sua equipe pedagógica compreender as possíveis causas da evasão no curso técnico em finanças e construir ações voltadas a solucionar este problema. A última etapa foi aplicar um questionário aos estudantes evadidos para entender as causas que os levaram a abandonar o curso.

Registramos que esta pesquisa é parte de uma pesquisa-ação apresentada ao mestrado profissional em educação escolar - MEPE/UNIR (turma 2015/2), com o seguinte tema: A evasão escolar no curso Técnico em Finanças oferecido pelo IFRO na EAD: Propostas de intervenções pedagógicas.

A população desta pesquisa contou com novecentos e cinquenta (950) estudantes evadidos, 23 coordenadores de polo e 30 tutores EAD. A amostra da pesquisa foi composta por oito (8) coordenadores de polo, setenta e sete (77) estudantes evadidos e vinte e um (21) tutores EAD.

Os critérios definidos para seleção da amostragem é definida por Gil (2009) como aleatória simples.

Os polos da amostragem são: Ariquemes, Cujubim, Jaru, Ouro Preto do Oeste, Ji-Paraná, Guajará-Mirim, Nova Mamoré e Porto Velho Zona norte. A ideia da seleção destes polos foi abarcar as duas mesorregiões do estado, Madeira Guaporé e Leste Rondoniense. Deste modo, coordenadores e estudantes pertencem aos polos citados. No que tange aos tutores EAD, considerando seu papel, eles atendem diversos polos ao mesmo tempo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa preocupou-se em estudar a evasão escolar no curso Técnico em Finanças ofertado pelo IFRO na modalidade EAD. A motivação para tal investigação deve-se aos elevados números de evasão de discentes entre os anos de 2014/1 e 2015/2, conforme dados

coletados na CRA do *campus*. Com estes dados coletados e, por meio do auxílio do software da IBM chamado SPSS 21¹, foi possível realizar uma análise documental que possibilitou compreender a dimensão do quantitativo de evadidos das turmas anteriormente citadas.

O conceito de evasão é muito diverso, sendo encontradas várias definições a depender do ponto de vista de cada autor. Para esclarecer o entendimento acerca da evasão, colecionam-se alguns conceitos encontrados no estudo de Almeida (2007): Evasão é a saída permanente do estudante de seu curso, sem que tenha terminado; Evasão significa estudantes que não concluem os cursos, de tal forma que se matriculam e abandonam o curso antes de iniciá-lo; Evasão é o abandono total por parte do estudante no decorrer do curso.

Em virtude das matrículas nos cursos EAD do IFRO serem semestrais, nesta pesquisa considera-se como evadido o estudante que, ao se matricular no curso não renova a matrícula no semestre seguinte, seja do primeiro semestre para o segundo, como do primeiro para o terceiro. Nesta pesquisa, consideramos sempre a primeira disciplina do semestre e entendemos como evadido o aluno que ao matricular-se no primeiro semestre não se matricula no semestre seguinte. A tabela 1 apresenta as informações acerca da evasão das turmas já citadas anteriormente.

Tabela 1 - Demonstrativo da evasão no curso Técnico em Finanças EAD IFRO

Matriculados na Turma 2014/1			Matriculados na Turma 2015/2		
1º Semestre	3º Semestre	Evadido	1º Semestre	2º Semestre	Evadido
1175	665	510	1171	738	433
Total de estudantes evadidos – 943					

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Na turma 2014/1, conforme tabela 1, podemos observar que tivemos 49,82% (510 estudantes) de evadidos em todos os 24 polos do IFRO que ofertam o curso, considerando a diferença do número de matriculados no primeiro semestre com o terceiro semestre do respectivo ano. No ano de 2015/2 o Curso Técnico em Finanças EAD registrou 1171 matrículas, número praticamente igual ao ano anterior que teve quatro a mais. Novamente é possível identificar um índice de evasão de 36,97% (433 estudantes) redução de aproximadamente 13% em relação à turma passada.

Ao analisar os dados de evasão na pesquisa, dentre outras informações, constatamos que os Polos Cujubim e São Miguel apresentam o menor percentual de evasão na turma 2014/1 (23,40% e 25% respectivamente). Na turma de 2015/2 destacamos como menores índices de evasão os Polos de São Miguel e Jarú (12,5% e 17,54% respectivamente). Os maiores percentuais de evasão na turma de 2014/1 residem nos Polos Candeias e Cerejeiras (65,78% e 60,71%). Os maiores indicativos de evasão na turma 2015/2 estão nos Polos Cacoal e Machadinho (57,69% e 54,34%).

No entender de Dore e Luscher (2011, p. 775) “a evasão escolar tem sido associada a situações tão diversas quanto à retenção e repetência do aluno na escola, a saída do aluno da

¹ SPSS 21 é um software aplicativo da IBM do tipo científico. Originalmente o nome era acrônimo de Statistical Package for the Social Sciences - pacote estatístico para as ciências sociais. Este software é utilizado para ajudar em análise estatística, transformando cálculos complexos em resultados simples e autoexplicativos.

instituição, a saída do aluno do sistema de ensino, a não conclusão de um determinado nível de ensino, o abandono da escola e posterior retorno”.

Nesta perspectiva, percebemos o quão complexo é ponderar sobre os reais motivos da evasão em regiões distintas. O fenômeno da evasão se manifesta diferente entre os níveis da educação, de tal modo que no ensino fundamental, por exemplo, podemos atribuí-lo às baixas condições socioeconômicas da família enquanto no nível superior é mais premente devido à necessidade que o estudante tem em trabalhar e estudar.

Em relação ao ano 2014/1, quando registrou 50 matrículas no primeiro semestre, o Polo Porto Velho Zona Norte, na turma 2015/2 apresentou surpreendentes 108 estudantes matriculados. Isto, em virtude do encerramento das atividades do Polo Porto Velho Centro, o que ocasionou um aumento na demanda num único polo. Ainda é possível identificar que o Polo Candeias não ofertou vagas, em virtude de questões políticas e dos arranjos produtivos locais.

A pesquisa nos polos EAD dividiu-se em dois momentos, compreendendo as duas mesorregiões do Estado, região Leste Rondoniense (Cujubim, Ariquemes, Jaru, Ouro Preto, Ji-Paraná), a outra se deu nos polos da região do Madeira Guaporé (Guajará-Mirim, Nova Mamoré e Porto Velho).

Em linhas gerais, traremos os apontamentos dos colaboradores da pesquisa, de modo que faremos a transcrição daquilo que anotamos em nosso diário de campo:

Colaborador 1 - A coordenadora destacou que os índices são baixos em seu polo, não sabendo ao certo os reais motivos desta condição. Outro ponto em destaque, apontado foi a péssima qualidade do sinal da internet local. Fato este que contribui para desestimular o estudante a frequentar o curso, tendo em vista que as aulas estão disponíveis no AVA e o estudante para acessar o conteúdo deve ter acesso a internet.

Colaborador 2 - O coordenador destacou desconhecer os índices de evasão em seu polo, uma vez que ainda estava em processo de transição para a nova gestão. Entretanto, relatou conhecer “por alto” que os números de evasão eram preocupantes. Outro ponto em destaque apontado durante a visita ao polo foi a falta de organização do espaço físico disponibilizado pela Prefeitura Municipal. Relataram que embora disponha de uma boa estrutura física, o espaço é compartilhado por outros setores públicos que prestam serviço a sociedade, não se tendo um controle dos fluxos de pessoas que adentram aquele prédio. Tal fato gera insegurança física e patrimonial, desorganização e barulho, comprometendo o regular andamento das atividades educacionais do polo.

Colaborador 3 - A coordenadora destacou que os índices são baixos em seu polo, e que tal fato se dá pela dedicação de todos, destacando os esforços dos Tutores em se empenhar no acompanhamento efetivo dos alunos e fornecer um rápido feedback nas dúvidas apresentadas pelos cursistas. Relatou que no início as coisas eram muito difíceis no polo, de modo que por diversas vezes teve que arcar com dinheiro pessoal para despesas do polo.

Colaborador 4 - A coordenadora revela preocupação, pois no polo também tem números significativos, assim como em outros. O polo atende muitos alunos de regiões fora da cidade, ou seja, da zona rural, fato este que poderia influenciar nos números da evasão. Outro detalhe foi demora na entrega dos materiais didáticos, considerado por eles como um possível causador da desmotivação dos estudantes.

Colaborador 5 - O coordenador ressaltou que no Polo uma das causas da evasão era a falta de opção de outros horários para os cursos, o que gerava um choque na agenda dos estudantes que tinham que escolher trabalhar ou estudar. Outro fator relacionado com a evasão era o abandono do curso para ingressar em outro curso de nível superior.

Colaborador 6 - O que mais chamava a atenção do coordenador foi o abandono do curso pelo horário em que o mesmo é ofertado, o que impossibilita a participação de alguns estudantes.

Colaborador 7 - A coordenadora relatou que uma reclamação recorrente dos estudantes é a péssima qualidade do sinal de internet da cidade e em razão da falta de adaptação ao curso informado por alguns estudantes.

Colaborador 8 - Segundo o coordenador do polo a evasão era em virtude das grandes distâncias percorridas pelo estudante até chegar ao polo, depois de um dia de trabalho enfrentando o trânsito caótico da capital, Porto Velho. Outro apontamento foi a falta de acompanhamento da equipe pedagógica visando recuperar os estudantes com baixo rendimento e frequência.

Destacamos nas falas dos colaboradores 1 e 7 que seria fator causador da evasão em seus polos a má qualidade da internet local, o que poderia estar desmotivando os estudantes e fazendo com que abandonassem o curso. Encontramos nos apontamentos dos colaboradores 4 e 8 a questão da distância do polo em que o estudante frequenta em relação com sua residência. Os colaboradores 5 e 6 destacam o horário em que o curso é ofertado como agravante da evasão. Outras observações anotadas foram com relação à falta de organização do espaço físico disponível para a aula, falta de acompanhamento da equipe pedagógica, demora na entrega dos materiais didáticos e mudança de curso técnico para superior.

Na pesquisa alcançamos setenta e sete (77) estudantes evadidos, sendo cinquenta e sete (57) da turma 2014/1 e vinte (20) da turma 2015/2 de várias cidades do Estado. Para tanto utilizamos a análise do conteúdo em conformidade com Bardin (1979).

A ideia de construirmos o quadro de análise de conteúdo foi para melhor compreensão das informações obtidas com a aplicação do questionário. Desta feita, após uma leitura aprofundada de todo o conteúdo do questionário, buscamos extrair as informações mais relevantes para esta pesquisa. Para Bardin (1979, p. 38) análise de conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações [...]”. Passamos por três fases elementares da análise de conteúdo: a pré-análise, análise do material e tratamento dos resultados. Partindo dos resultados desta análise, podemos construir propostas de intervenção juntamente com os demais agentes da EAD.

Diversas são as causas que levam a evasão escolar, além de existirem outras que também podem contribuir, entre elas a falta de autoestima, fragilidade na saúde, má alimentação, desvios por más companhias, ausência de perspectivas futuras, incapacidade para assimilar o que é ensinado, incompatibilidade com professores. Os fatores que contribuem para evasão escolar são tanto de ordem externa quanto interna à instituição de ensino.

Para esta pesquisa e melhor entendimento da análise dos dados, iremos explorar apenas a categoria Principais motivos da Evasão, conforme desdobramento apresentado no quadro 1.

Quadro 1 - Principais motivos da evasão

Categorias	Colaboradores	Unidade De Registro	Respostas	
			2014/1	2015/2
Principais motivos da Evasão	Estudantes Evadidos	Quais motivos o levaram a desistir do curso?	65% (Dificuldades econômicas)	35% (Conciliar estudo e profissão)
		Buscou alguma solução para evitar a desistência do curso?	89,5% (Não procurou ajuda)	100% Não procurou ajuda)
		Pensa em reingressar no curso?	63% (Sim, no IFRO)	65% (Sim, no IFRO)

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Nesta análise temos a categoria principais motivos da evasão. Na primeira pergunta, questionamos aos estudantes quais os motivos o levaram a desistir do curso. Na turma 2014/1, (65%) dos estudantes indicaram dificuldades econômicas, na turma 2015/2, (35%) disseram conciliar estudo e profissão. A seguir, iremos expor os demais motivos apontados pelos cursistas de ambas as turmas.

- E1 - "Não me identifiquei com o curso".
- E2 - "Não consegui tempo para estudar em casa".
- E3 - "O polo fica muito longe de onde eu moro".
- E4 - "Tive problemas familiares".
- E5 - "Abandonei o curso por causa do meu emprego".
- E6 - "Passei em outro curso de nível superior".
- E7 - "Não tenho internet em casa".
- E8 - "Passei por problemas de saúde".
- E9 - "Não gostei de estudar na EAD".
- E10 - "Estava com dificuldade de aprender as matérias".
- E11 - "Faltei muito e acabei desistindo".
- E12 - "Mudei de cidade e lá não tinha o curso".

Para Almeida (2007) o fenômeno da evasão é gerado inicialmente pela aglomeração de dois fatores: características dos estudantes e circunstâncias da vida. A primeira destas, predisposta a transformar-se mais lentamente e incluem a motivação, etapa de desenvolvimento cognitivo, grau de conhecimento, perfil individual e autoestima. O segundo tendem a transformar-se com mais facilidade, nele temos as mudanças na carreira, vida afetiva e financeira, saúde, condição social e psicológica, além das condições da instituição que oferta o curso EAD.

No que concerne a buscar alguma solução para evitar a desistência do curso, os estudantes da turma 2014/1 em 89,5% dos casos disseram não procurar ajuda. Na turma 2015/2, 100% dos estudantes igualmente aos anteriores informaram não terem procurado ajuda. A tabela 2 traz as medidas buscadas pelos estudantes para evitar a evasão do curso:

Tabela 2 - Ações para evitar a desistência do curso

Medidas buscadas pelos estudantes para evitar a evasão		
Perguntas	2014/1	2015/2
Procurou emprego	0,0%	0,0%
Pediu ajuda financeira a familiares e amigos	0,0%	0,0%
Pediu auxílio à CAED	2 (3,5%)	0,0%
Não procurou ajuda	51 (89,5%)	20 (100%)
Outros	4 (7,0%)	0,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A tabela acima mostra que quatro (4) estudantes apontaram outras opções como alternativa para não evadir do curso: 1 - Conseguiu alterar o horário de trabalho; 2 - Conseguiu transporte para o polo; 3 - Conseguiu ajuda da equipe de apoio do polo. Almeida (2007) acredita que o aconselhamento na fase inicial do curso é imprescindível, até o estudante se adaptar ao uso das novas tecnologias e sentir-se parte do processo de aprendizagem. A autora relata que em muitos casos, os estudantes abandonam o curso em vez de revelar suas angústias à equipe pedagógica, se bem que eles haviam sinalizado que precisavam de suporte.

Ao serem indagados se pensam em reingressar no curso, os estudantes da turma 2014/1, responderam sim, no IFRO, 36 estudantes (63%) os outros 21 estudantes responderam 'não'. Na

turma 2015/2, responderam sim, no IFRO, 13 estudantes (65%) e 7 respondendo 'não'. Apesar do alto número de evadidos no curso, percebemos que é possível o retorno desses estudantes ao IFRO. Para tanto, precisamos de mais estudos, evidências e propostas concretas que possam contribuir efetivamente na redução da evasão. Ocorre é que a necessidade de trabalhar para obter renda, normalmente a única da família, dificulta a conciliação entre estudo, trabalho e questões financeiras, principalmente para os frequentadores dos cursos noturnos, quando a exaustão provocada por um longo dia de trabalho pode ser motivo do baixo rendimento e levar à evasão escolar.

A questão financeira pode ser um dificultador na permanência de muitos jovens e adultos na escola, pois, ao mesmo tempo em que têm consciência de que com os estudos podem buscar novas oportunidades de trabalho e aumentar a sua renda, as dificuldades em se manter neste período sem trabalho, inclusive tentando conciliar os dois torna-se insuportável, restando-lhes a desistência do curso, embora sabendo que o mercado de trabalho exigirá dele o certificado e competência para determinadas habilidades.

A evasão escolar não é um fenômeno provocado exclusivamente por fatores existentes dentro da escola, pelo contrário, a maneira como a vida se organiza fora da escola tem reflexos na conduta escolar. A combinação destes fatores acaba interferindo diretamente na evasão escolar.

Os colaboradores da pesquisa tiveram sua participação essencial para o alcance dos resultados desta investigação. O tema central foi a criação de novas políticas públicas voltadas a reduzir a evasão. Nele todos os participantes tiveram a oportunidade de expor seu olhar acerca da temática. Filtramos os comentários utilizando como critério a frequência em que as propostas eram mencionadas. A seguir, temos a transcrição dos pontos principais apresentados.

- 1 - Em relação à evasão acredito que é o que causa mais preocupação em cursos EAD, infelizmente a evasão não ocorre somente no curso de finanças, e nem mesmo só no IFRO. Percebemos que é muito comum.
- 2 - Acredito que possamos desenvolver técnicas de manter os alunos na instituição, quem sabe desde a seleção do aluno e talvez na própria inscrição pudéssemos solicitar algum/alguns pré-requisito, talvez um minicurso EAD lançado pelo próprio IFRO, ou algum certificado de curso EAD, e/ou mesmo uma palestra em que fosse bem explicado como funciona, o que o aluno terá que fazer, o que ele realmente vai aprender, o mercado de trabalho, o valor de um certificado.
- 3 - Muitos alunos especialmente do interior, alegam que somente nos dias de aulas presenciais é que tem possibilidade de acesso à internet em virtude do deslocamento até a cidade ou Polo, o que impossibilita o desempenho aceitável e faz com que a possibilidade de evasão ou o atraso na formação do aluno se torne uma triste realidade.
- 4 - Para mim muito mais do que um certificado o aluno tem a oportunidade de aprender com esses grandes professores que temos que em praticamente 100% são professores com altíssimo gabarito, conceituados, e no mínimo especialistas.
- 5 - Costumo dizer que o nível de conhecimento passado é a nível superior.

Percebemos nas falas dos colaboradores que existe evasão não só na EAD como também há abandono em cursos da modalidade presencial. Uma preocupação de boa parte deles está na falta de conhecimento do curso e da própria EAD por parte dos estudantes. Esta falta vem acarretando aumento nos números da evasão. Destacamos também nos relatos, que não é falta de qualidade técnica dos docentes e equipe pedagógica que vem causando aumento dos índices, contudo, todos os agentes da EAD precisam estar engajados e comprometidos em todas as etapas do processo de ensino e aprendizagem.

Outra questão encontrada foi a necessidade de maiores esclarecimentos no início do curso, por exemplo, usando palestras, tutoriais, vídeos motivacionais, de modo que o estudante fique por dentro dos caminhos que ele irá percorrer na EAD.

Por meio destes relatos buscamos construir estratégias de intervenção no combate à evasão. Partimos dele para a propositura da elaboração de novas políticas pedagógicas de intervenção. Traremos em seguida, a transcrição de algumas ideias surgidas pelos colaboradores da pesquisa.

- 1 - Depois do ingresso seria interessante que existisse um setor, ou alguém que acompanhasse o desenvolvimento de cada aluno.
- 2 - Que ligassem para os estudantes, algo do tipo, para saber das suas dificuldades, e que pudesse dar um norte a ele. E com isso ele saberia como está o aluno e do que ele precisa.
- 3 - Do mesmo modo quando o aluno chegar na disciplina de estágio, seria interessante que fosse dado a responsabilidade para alguém, (quem sabe a equipe do coordenador de polo ou a criação de um setor próprio para isso) acompanhar o andamento físico do estágio, talvez uma visita *in loco*.
- 4 - Já tivemos alunos que executaram estágio realizaram atividades totalmente diferentes do que se espera para um técnico em informática para internet.
- 5 - Do mesmo modo que existe uma coordenadoria de tutores, sugiro a criação de uma coordenadoria de acompanhamento e monitoramento de aprendizagem e evasão de alunos.
- 6 - Vejo a necessidade de uma equipe pedagógica que acompanhasse o desenvolvimento dos alunos, entrando em contato com os mesmos.
- 7 - A criação de programas que visam recuperar o baixo rendimento dos alunos, e não apenas a aplicação das avaliações de recuperação.

Fica evidente na fala dos colaboradores a preocupação em criar mecanismos que possam auxiliar os estudantes no sentido de evitar que estes abandonem o curso. Destacamos a necessidade, apontada por eles, sobre a falta de acompanhamento da equipe pedagógica (coordenadoria, tutoria, gestores) visando um contato mais efetivo com os estudantes, buscando compreender sua rotina, tentando tratar cada caso separadamente, pois, de fato, devido a heterogeneidade do nosso público cada demanda deve ter um tratamento específico.

Ao passo que novos pontos eram trazidos ao debate, passamos a implementar ações de intervenção. A mais importante delas foi a que resultou na criação da Resolução nº 4/CE/IFRO/CPVHZN, de 04 de agosto de 2016, versando sobre a aprovação do calendário de oferta das disciplinas especiais para os cursos técnico em Finanças EAD, dentre outros no âmbito do *campus* Porto Velho Zona Norte. Esta medida foi adotada após diversas reuniões realizadas pelos gestores do *campus*, pesquisador e colaboradores da pesquisa por entender que seria uma estratégia política e pedagógica para resgatar e dar nova oportunidade aos alunos evadidos destes cursos. Por meio desta intervenção, conseguimos 481 matrículas de estudantes que haviam evadido somente no curso de Finanças EAD.

Analisando os dados da pesquisa, concluímos que dos 481 estudantes matriculados, 56,55% (272) foram aprovados e, 43,45% (209) evadiram outra vez. Apesar de terem nova oportunidade de concluir o curso, a questão da evasão é tão delicada que encontramos números altos nesta nova demanda. Entretanto, se esta ação não fosse efetivada, teríamos perdido todos ao invés dos 209. Contudo, consideramos positivo e expressivo o número de estudantes que reingressaram e puderam concluir o curso.

Apresentamos a proposta de criação de uma equipe pedagógica voltada exclusivamente ao acompanhamento dos estudantes para os gestores do *campus*. Esta ação é uma iniciativa que surgiu em virtude dos debates com os coordenadores e tutores EAD.

Estimulamos desde então, que todos os envolvidos na EAD do *campus*, passassem a olhar com mais cuidado em relação aos sinais que os estudantes apresentam antes de evadirem do curso, buscando um contato mais efetivo e com maior frequência para que estes não se sintam isolados no processo de ensino e aprendizagem.

5. CONCLUSÃO

Este artigo teve por objetivo geral repensar o fenômeno da evasão escolar e apresentar propostas de intervenções político-pedagógica junto ao IFRO *campus* Porto Velho Zona Norte no curso Técnico em Finanças EAD com a finalidade de reintegrar estudantes evadidos, garantindo assim o direito a Educação previsto na Constituição (1988).

No decurso desta investigação foram analisados os principais fatores que levam os estudantes a evadirem de seus estudos antes do final previsto para conclusão das disciplinas. Procuramos, dentro do possível, analisar o perfil dos alunos evadidos e os motivos mais frequentes que colaboraram para a evasão, construindo de forma coletiva com os colaboradores, propostas de combate à evasão.

Embora não haja consenso na literatura sobre os motivos determinantes da evasão escolar, de outra forma, não temos dúvida que este fenômeno é inquietante, por suas implicações individuais, institucionais e sociais. Por outro lado, entendemos que a investigação deste fenômeno é complexa, devido aos vários fatores que influenciam. A evasão é decorrente de vários aspectos, sendo objeto de um processo histórico amplo, narrado por diversos autores, sendo necessária a intensificação de políticas voltadas para a permanência e êxito dos alunos.

Os dados apontam que na turma investigada do curso Técnico em Finanças EAD do ano 2014/1, tivemos 49,82% (510 estudantes) de evadidos em todos os 22 polos do IFRO que ofertam o curso, considerando a diferença do número de matriculados no primeiro semestre com o terceiro semestre do respectivo ano. Quando analisamos a turma 2015/2, considerando o número de estudantes matriculados no primeiro semestre (1171 matrículas) com os matriculados no segundo, o Curso Técnico em Finanças EAD registrou um índice de evasão de 36,97% (433 estudantes). Mesmo que em 2015/2 esse número tenha apresentado uma aparente redução, vale lembrar que os semestres analisados foram seguidos, diferente do que fizemos com a turma 20104/1. A evasão nos cursos EAD do IFRO ainda é um problema drástico a ser enfrentado pelos professores, estudantes e gestores.

A análise destes dados apontam como causas principais motivadoras da evasão dois fatores extraescolares: dificuldades econômicas e conciliar estudo e profissão. Na turma 2014/1, (65%) dos estudantes indicaram dificuldades econômicas, na turma 2015/2, (35%) disseram conciliar estudo e profissão.

A educação profissional de qualidade se apresenta como um canal capaz de inserir os alunos de classes sociais menos favorecidas na sociedade e no setor produtivo, possibilitando a diminuição das diferenças sociais e econômicas, desfrutando de uma vida mais digna e isonômica.

Nessa perspectiva entendemos que a pesquisa contribuiu na identificação de alguns fatores que permeiam a evasão o que corrobora com a comunidade acadêmica, sociedade e governo no combate a este problema. Todos somos incumbidos desta tarefa de educar e formar, e a evasão escolar compõem-se numa negativa a esta formação educacional.

Precisamos tratar o problema da evasão escolar de forma integrada e participativa, com vistas a sua superação. Dessa forma, compete a todos integrantes, professores, alunos, coordenadores, tutores, escola, sociedade e Poder Público desenvolver suas ações visando a mudança da realidade educacional, proporcionando a formação intelectual do cidadão e sua inserção na sociedade.

Assim, a intenção é contribuir institucionalmente para a melhoria do ensino, buscando entender e compreender as causas que levam os alunos a abandonarem a sala de aula, a fim de que esforços do governo, comunidade acadêmica, família e estudante, não sejam em vão, evitando-se o desperdício de investimentos e, o mais importante, que tais experiências não aprofundem a decepção pessoal e o fracasso.

6. REFERÊNCIAS

- Almeida, O. C. S. (2007). *Evasão em curso a distância: análise dos motivos de desistência*. Dissertação de Mestrado, UnB, Brasília, DF, Brasil.
- Associação Brasileira de Educação a Distância. (2015). *Censo EAD.BR: Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil 2014*. Curitiba: Ibpx. Recuperado em 15 maio, 2016, de http://www.abed.org.br/censoead2014/CensoEAD2014_portugues.pdf
- Bardin, L.(1979). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Belloni, M. L.(2003). *Educação a distância* (3.ed.) Campinas: Editora Autores Associados.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. (1998). Brasília. Recuperado em 10 maio 2016, de http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm
- Decreto Federal nº. 5.622, de 2005*. Regulamenta o art. 80 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Recuperado em 06 dezembro, 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm
- Dore, R., & Luscher, A. Z. (2011). Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 41 (n. 144). Recuperado em 03 dezembro, 2016, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742011000300007&lng=pt&nrm=iso
- Freitas, F. O. (2013). Os Desafios Do Brasil No Ensino Superior A Distância. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XVI (n. 114). Recuperado em 01 maio, 2016, de http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13477&revista_caderno=27
- Freitas, L. F. C. de., & Ferreira, S. L. (2013). Evolução da EAD no Brasil – um comparativo no ensino superior - a distância x presencial. In: Congresso Internacional ABED de Educação a Distância, 19., 2013, Salvador. *Anais eletrônicos...* Recuperado em 20 agosto, 2016, de www.abed.org.br/congresso2013/cd/130.doc
- GIL, A.C. (2009). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.) São Paulo: Atlas.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2014). *Contagem populacional*. Recuperado em 28 dezembro, 2016, de www.ibge.gov.br
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. (2012). *Projeto político pedagógico do curso técnico em finanças EAD (PPC)*. Porto Velho, RO.
- Lei n.º 10.172, de 09 de janeiro de 2001*. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Recuperado em 14 dezembro, 2016, de <http://www.mec.gov.br>
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara.

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.* Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. Recuperado em 18 janeiro, 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- Linhares, M. T. M. (2007). O direito à educação como direito humano fundamental. *Revista Jurídica da Universidade de Franca*, (pp. 149-161) São Paulo, SP.
- Litto, F. M. (2014). *O cenário Nacional da Educação a Distância*. Recuperado em 20 dezembro, 2016, de <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:hz70GVSjVK0J:www.aprendervirtua.com.br/artigoInterna.php?IDx=266&num=1&hl=pt-BR&gl=br&strip=0&vwsrsc=0>
- Oliveira, M. A. M. (2001). A reforma do ensino profissional: desmantelamento da educação tecnológica ministrada pelo CEFET X. *Educação Brasileira*, v. 23 (n. 46, p. 25- 43).
- Silva, C. S. da. (2014). *A evolução da educação à distância no ensino superior no Brasil*. Recuperado em 06 fevereiro, 2016, de <http://www.portaleducacao.com.br/enfermagem/artigos/56172/a-evolucao-da-educacao-a-distancia-no-ensino-superior-no-brasil>